

Educação intercultural e política de acesso de pessoas com deficiência no ensino superior: estudo de produções acadêmicas

Intercultural education and access policy for people with disabilities in higher education: a study of academic productions

Miguel Costa Silva
Keila de Jesus Morais Lobato
Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Belém-Pará-Brasil

Resumo

O objetivo deste artigo é levantar e analisar dissertações e teses a respeito da educação intercultural e política de acesso para pessoas com deficiência no ensino superior. Os descritores de busca foram: “educação intercultural”; “política de acesso” e “pessoas com deficiência”. O estado do conhecimento foi realizado no período de 2017 a 2021, no Catálogo de teses e dissertações da CAPES, Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações (BDTD), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Acadêmico e no site do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (PPGED/UEPA). A pesquisa revelou a necessidade de se estudar educação intercultural, no que tange as políticas de acesso ao ensino superior, das pessoas com deficiências, bem como que não há pesquisa desenvolvida sobre o tema do estudo.

Palavras-chave: Educação intercultural; Política de acesso; Pessoas com deficiência.

Abstract:

The objective of this article is to survey and analyze dissertations and theses regarding intercultural education and access policy for people with disabilities in higher education. The search descriptors were: “intercultural education”; “access policy” and “people with disabilities”. The state of knowledge was carried out in the period from 2017 to 2021, in CAPES theses and dissertations Catalog, National Library of Theses and Dissertations (BDTD), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Scholar and the website of the Graduate Program in Education of the Pará State University (PPGED/UEPA). The research revealed the need to study intercultural education, regarding the policies of access to higher education, of people with disabilities, as well as that there is no research developed on the subject of the study.

Key words: Intercultural education; Access policy; People with disabilities.

Introdução

O objetivo deste artigo é levantar e analisar dissertações e teses a respeito da educação intercultural e política de acesso para pessoas com deficiência no ensino superior. O mapeamento realizado foi das teses e dissertações publicadas no Catálogo de teses e dissertações da CAPES, Biblioteca Nacional de Teses de Dissertações (BDTD), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Acadêmico, e no site do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (PPGED/UEPA). Este estudo consiste em um recorte de uma dissertação de mestrado concluída em 2022.

Os descritores de busca foram: “educação intercultural”; “política de acesso” e “pessoas com deficiência”. Além disso, foi feito o cruzamento dos descritores, assim dispostos: “educação intercultural e política de acesso”; “educação intercultural e pessoas com deficiência”; e “política de acesso e pessoas com deficiência”.

O levantamento das teses e dissertações foi feito em dois períodos distintos de pesquisa, um em 21/04/2021 e outro em 30/09/2021. Nesses dois dias a intenção era de verificar as adições e as subtrações das publicações nos endereços eletrônicos pesquisados. Ao acessar os endereços, ou seja, os sites de buscas de pesquisas constituídos, observou-se a existência de algumas regras para pesquisar, que variam de acordo com a estrutura de cada portal de acesso da internet. Por isso, foi estabelecido o período de cinco (5) anos de pesquisa aos banco de dados, sendo de 2017 a 2021, com exceção do PPGED/UEPA, o qual, na época da realização do levantamento, ainda não tinha as publicações de 2021 em seu acervo, disponível para consulta pública, e para este site, o período estabelecido foi de 2016 a 2020, mantendo um período de 5 anos nas pesquisas.

Após o acesso aos buscadores foram construídos quadros com o número do trabalho e as produções, possibilitando conhecer o/a autor/a, a instituição de origem ao qual a produção está vinculada, o título do trabalho, as palavras-chave, a questão problema, os objetivos de pesquisa e a metodologia utilizada pelo/a pesquisador/a.

Este estudo consiste em um estado de conhecimento, que segundo Morosini e Fernandes (2014) compreende muita leitura, identificação de registros de produções científicas, da categorização, das tabulações, reflexão e síntese de uma

determinada área, de espaço de tempo que se pretende pesquisar nos bancos de teses e dissertações de uma temática específica, contribuindo para a presença de novas e inéditas produções.

Em uma reflexão sobre o estado de conhecimento, faz-se necessário entender que as produções científicas estão vinculadas e relacionadas ao pesquisador e as instituições na qual está inserida tal pesquisa, do local em que vive e das relações em uma perspectiva universal. Portanto, a produção está no campo científico e, conseqüentemente, em regras constitutivas nas instituições, da oficialidade do Estado, e da própria ciência.

Segundo Morosini e Fernandes (2014) e Soares (1989) para se construir uma determinada pesquisa, no primeiro momento, deve-se verificar quais os espaços e ambientes possíveis de pesquisas, onde estão localizadas as produções, como se pode acessar tais pesquisas já realizadas, bem como o quantitativo de possibilidades de verificação das mesmas. Após esses primeiros cuidados de verificação de *lócus* de pesquisa, nos repositórios digitais constituídos, parte-se para a viabilidade dos instrumentais e ferramentas de buscas preestabelecidas nesses ambientes digitais, aqui se realiza a fase exploratória da pesquisa. Então, acessam-se buscadores e tabelas que identificam o número do trabalho e produções, o veículo de publicação, como: anais de eventos, banco de teses ou periódicos, possibilitando conhecer o autor/a, a instituição de origem ao qual a produção está vinculada, o título do trabalho, as palavras-chave, o resumo, as questões e os objetivos de pesquisa, a metodologia utilizada pelo pesquisador.

De posse dessas informações, criam-se as possibilidades de arquivos para a produção que se deseja realizar. É possível então, criar um banco de dados direcionados à pesquisa, ou a problemática com os textos completos e compilados que abordam a temática pesquisada.

A visão do/a pesquisador/a se amplia com o estado de conhecimento, possibilitando atualização dos movimentos da pesquisa, fornecendo instrumentos para um mapeamento de trabalhos. Trata-se de uma pesquisa da pesquisa que se realiza, ligando e interconectando ao objeto da investigação às produções já desenvolvidas, com a que se está realizando.

Para Morosini e Fernandes (2014) o estado de conhecimento, é portanto, um estudo de base para todo/a pesquisador/a, um trabalho inicial e essencial da pesquisa, mesmo que as ideias iniciais sejam outras em relação a produção final do trabalho, pressupondo que o caminho percorrido pelo/a pesquisador/a deve ser flexível e construído no desenvolvimento da pesquisa.

O estado de conhecimento, então, se constitui na fase da pesquisa que se aprende a conhecer os trabalhos existentes, o campo de pesquisa, as bibliografias utilizadas pelos/as pesquisadores/as, e que podem auxiliar a nossa própria produção acadêmica em construção. Aprende-se a produzir e escrever produzindo e escrevendo.

O mapeamento dos trabalhos já existentes na academia, nesses bancos de dados constituídos, serve de apoio nas fontes de estudo, que pode apontar temas e subtemas, fazendo-nos verificar, identificar e compreender um determinado número de produções em períodos diferentes da pesquisa. Isso é significativo para levantar debate e problematizações a respeito de certa temática de estudo. Este mapeamento norteia para novos passos de investigação, permite análise de trabalhos produzidos, possibilita o conhecimento, identificação e valorização do conhecimento produzido, e todas essas são possibilidades de conhecer o universo das produções.

Nesse sentido, o/a pesquisador/a, mesmo que sua pesquisa seja solitária, tem a percepção do construto de outras produções, que cria a possibilidade de colaboração e coletividade aos trabalhos existentes. Esse panorama geral, na análise das produções acadêmicas oportuniza uma síntese do que se tem pesquisado nos repositórios digitais constituídos e, portanto, institucionalizados.

O artigo está organizado em quatro seções: a introdução, em que se apresenta o objetivo e a metodologia do estudo; a educação intercultural e a política de acesso para pessoas com deficiência no ensino superior; a apresentação e análise das produções acadêmicas mapeadas e as considerações finais.

A educação intercultural e a política de acesso para pessoas com deficiência no ensino superior

A educação inclusiva, conforme Oliveira (2012, p.18) objetiva a democratização do espaço escolar:

superando a dicotomia existente entre o ensino regular comum e o ensino da educação especial, cabendo à escola conviver com a diversidade cultural e as diferenças individuais. Essa convivência com a diferença no âmbito da escola pressupõe mudanças estruturais e pedagógicas visando atender às necessidades específicas dos alunos especiais.

No ensino superior a educação inclusiva perpassa pela política de acesso de pessoas com deficiência, cuja base legal é a Lei nº 10.098, que em seu Art.2º, define acessibilidade como:

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2020, p. 01).

A acessibilidade é compreendida não apenas no sentido estrutural, arquitetônico, mas com uma visão socioantropológica, citada de forma secundária, no final do Art.17, da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000:

O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer (BRASIL, 2000, p. 1).

No âmbito do ensino superior, criou-se a lei 12.711/2012, que ficou conhecida como a Lei de Cotas, que reserva 50% das vagas nas universidades federais e institutos técnicos federais para estudantes de escolas públicas, subdividindo essas vagas, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, de acordo com a população informada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A expectativa estava criada em 2015, com a criação de Lei Brasileira de inclusão 13.146/15, ou Estatuto da pessoa com deficiência, como ficou conhecida. Essa lei trouxe mudanças de perspectiva no que tange ao olhar para a pessoa com deficiência, trazendo a uma mudança de paradigma no que concerne às barreiras atitudinais, enfatizando que a deficiência está no meio e não na pessoa. Conforme prevê o Capítulo I, no Inciso IV da Lei:

*Educação intercultural e política de acesso de pessoas com deficiência no ensino superior:
estudo de produções acadêmicas*

- d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;

A LBI é um grande avanço na legislação brasileira no que tange às pessoas com deficiência, entretanto, a Lei não caminhou nas conquistas na área da educação para as pessoas com deficiência no acesso ao ensino superior.

No sentido de reparar as falhas na legislação, em 2016 foi criada a Lei 13.409/16 que oportunizou a reserva de vagas para as pessoas com deficiências, conforme o artigo 5º da desta Lei:

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE. (BRASIL, 2016, p. 1).

Essas cotas fazem parte de uma política de ação afirmativa. Segundo Paiva (2018), o conceito de “ação afirmativa” surgiu na Índia, em decorrência do sistema Castas, ali enraizado. Em seguida, nos Estados Unidos, em 1965, o presidente Lyndon Johnson, assinou o Decreto-lei nº. 11.246, devido ao Movimento dos Direitos Civis negros norte-americanos, para acabar com a segregação racial dos estados sulistas em uma década. Antes, em 1964 foi assinado o Estatuto dos Direitos Civis nos Estados Unidos. Nesse período, também foi realizada a Convenção Internacional para eliminação de todas as formas de discriminação racial – em inglês *International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (ICERD)* –, de 1965.

No caso do Brasil, a partir da década de 1990, começam a ser demandadas as primeiras políticas de ação afirmativa para vários grupos que se organizam, como os diversos coletivos de mulheres, de negros, de índios ou de deficientes físicos. No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso – que governou o Brasil entre 1995 e 2002 –, reconheceu pela primeira vez a existência de racismo na sociedade

brasileira e fala especificamente em “ação afirmativa” (PAIVA, 2018).

As lutas das diversas categorias, negros, mulheres, deficientes, advém desde os anos sessenta, ganham força nas décadas 1970, 1980, 1990. E a partir da década de 2000, se reconhece, portanto, com Conferência Mundial contra o Racismo, organizada pela ONU em Durban, em 2001.

A partir de 2002 as universidades públicas começam a introduzir diversas modalidades de ação afirmativa para os egressos das escolas públicas, negros, deficientes físicos, populações indígenas e quilombolas. Nesse sentido, as ações afirmativas redesenham as políticas de participação, dos diversos grupos sociais, na esfera pública ao privilegiarem outros critérios que não o do mérito individual. Entretanto, esses critérios meritocráticos são estabelecidos nas próprias ações afirmativas, são dissolvidos, redesenhados e tecidos, de forma que se reestabeleçam como critérios únicos e universalizantes.

Para Paiva (2018), as ações afirmativas visam uma política que tem como objetivo principal intervir em realidades sociais estruturalmente desiguais, com a distribuição equânime dos direitos, vantagens e riquezas sociais. Além disso, tenta mitigar as desigualdades existentes, de discriminação, de gênero, raça, cor, sexo, religião, deficiência ou região do país. Essa política se direciona para o mercado de trabalho e o acesso à educação. E essa tem um caráter transitório.

A política de acesso ao ensino superior envolve uma diversidade de sujeitos e uma complexidade e heterogeneidade de elementos culturais e humanos, numa perspectiva intercultural.

A política de educação inclusiva no ensino superior pressupõe “um reconhecimento de que os processos educativos são partes de processos culturais mais amplos” (MARCONDES; OLIVEIRA, 2010, p. 27), o que implica no diálogo com a educação intercultural.

Conforme Walsh (2019), a interculturalidade é um paradigma "outro", que oferece um caminho para se pensar a partir da diferença e através da descolonização, a construção e constituição de uma sociedade radicalmente distinta.

A educação intercultural visa o conhecimento das diversidades e identidades e valoriza as experiências e a pluralidade culturais, rompendo com todas as formas

de dominação e discriminação social, estabelecendo o diálogo com os diferentes sujeitos fundamental.

A interculturalidade no campo educacional perpassa por processos sistemáticos de diálogos interculturais entre os sujeitos, suas identidades e diferenças, e pode constituir uma postura assumida pelos professores diante dos estudantes e suas culturas.

Fleuri (2018, p. 42) explica que o educador “passa da perspectiva multicultural à intercultural quando constrói um projeto educativo intencional para promover a relação entre pessoas de culturas diferentes”, isto é, quando reconhece não apenas existir diferenças entre culturas e sim busca estabelecer relações entre elas. A educação intercultural para este autor:

[...] não se reduz a uma simples relação de conhecimento: trata-se da interação entre sujeitos. Isto significa uma relação de troca e de reciprocidade entre pessoas vivas, com rostos e nomes próprios, reconhecendo reciprocamente seus direitos e sua dignidade. Uma relação que vai além da dimensão individual dos sujeitos e envolve suas respectivas identidades culturais diferentes.

A educação intercultural se configura como uma pedagogia do encontro até suas últimas consequências, visando a promover uma experiência profunda e complexa, em que o encontro/confronto de narrativas diferentes configura uma ocasião de crescimento para o sujeito, uma experiência não superficial e incomum de conflito/acolhimento.” (FLEURI, 2018, p. 43-44).

Desse modo, o debate sobre a interculturalidade no ensino superior não pode ser olhado apenas ao acesso de diversidade de sujeitos, visando superar as desigualdades sociais, há necessidade de as práticas pedagógicas viabilizarem o diálogo dos múltiplos saberes, possibilitando a releitura e a reescrita da história dos sujeitos e grupos sociais excluídos historicamente, compreendendo-se ser a exclusão social e educacional um problema ético-político, isto é:

problematizar as causas da exclusão a partir do reconhecimento do outro não só como excluído, mas também como sujeito, assumindo-se um compromisso ético com o outro, denunciando a exclusão e apontando-se perspectivas de mudança (OLIVEIRA, 2016, p. 92).

Mudanças na perspectiva da interculturalidade crítica, que segundo Candau (2008) advém das demandas sociais, a partir da problemática do poder, da subalternização dos grupos sociais, da racialização e da diferença desses grupos

historicamente excluídos. A autora aponta que seria melhor caminhar pelo entendimento do multiculturalismo interativo ou interculturalidade, por ser “adequada para a construção de sociedades, democráticas e inclusivas, que articulem políticas de igualdade com políticas de identidade.” CANDAU, (2008, p. 51), bem como nos processos educacionais, para que possa atender as demandas com efetividade, de fato e de direito.

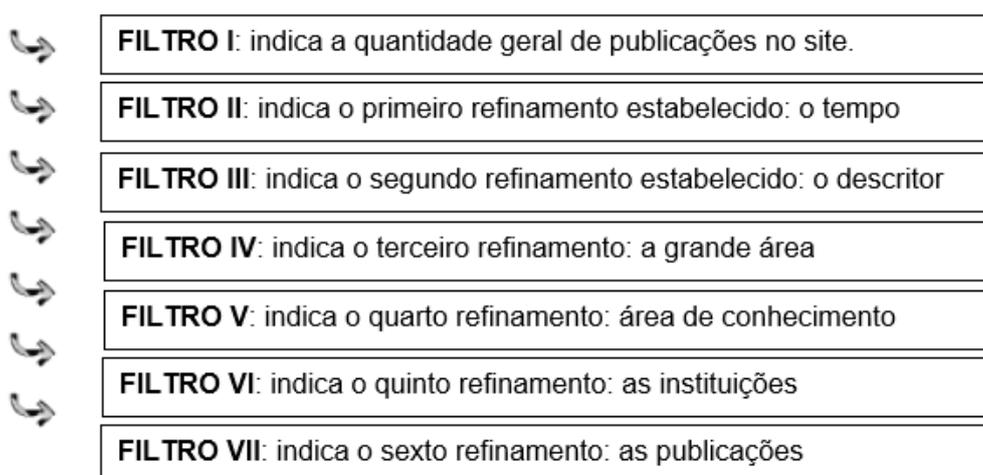
Fleuri (2001) relaciona a ideia das lutas dos grupos excluídos contra os processos de exclusão, e o desenvolvimento da interação das demandas e movimentos sociais, que crescem e se enriquecem culturalmente, com todos os envolvidos no processo, estabelecendo relações interculturais no reconhecimento das diferenças presentes em um dado contexto, neste caso a educação superior das pessoas com deficiências.

Assim, a universidade precisa avançar, nesta perspectiva intercultural, para mudanças em suas políticas de acesso e de permanência para os segmentos sociais historicamente excluídos, entre os quais, o público da educação especial.

O mapeamento e a análise das produções acadêmicas

Para esse levantamento foi criada uma estratégia que facilitasse visualizar e sistematizar os dados das produções mapeadas, por meio de filtros, conforme a figura 1, a seguir.

Figura 1: estratégia do uso de filtros



Fonte: elaborado por um dos autores (2022)

Educação intercultural e política de acesso de pessoas com deficiência no ensino superior: estudo de produções acadêmicas

A estratégia criada por meio dos filtros serve para organizar e evitar a repetição das palavras. Em cada filtro se observa as diferenças de resultados trazidas pelo “motor de busca” dos endereços eletrônicos. A partir desses acervos digitais foram construídos os quadros de pesquisa.

Quadro 1: Levantamento de Teses (T) e Dissertações (D) nos bancos de publicações da Capes

CAPES			
Filtro I	Total de publicações no banco de dados		0
Filtro I e II	Período estabelecido na pesquisa 2017-2021		
	Descritores	Nº	Resultado
Filtro: I a VII	"Educação Intercultural"	1	5.493
	"Política de acesso"	2	384
	"Pessoas com deficiência"	3	348
	"Educação Intercultural e política de acesso"	4	0
	"Educação Intercultural e pessoas com deficiência"	5	0
	"Política de acesso e pessoas com deficiência"	6	0

Fonte: elaborado por um autor da pesquisa (2022)

Conforme o quadro 1, na visita ao site da CAPES, nos anos de 2017 a 2021, considerando os filtros, foram encontrados os resultados de 5.493, 384, 348 em cada descritor isoladamente. E no cruzamento dos descritores, não foram encontrados resultados para a pesquisa, conforme as linhas 4, 5 e 6.

Quadro 2: Levantamento de Teses (T) e Dissertações (D) nos bancos de publicações da BDTD

BDTD			
Filtro I	Total de publicações no banco de dados		702.865
Filtro I e II	Período estabelecido na pesquisa 2017-2021		
	Descritores	Nº	Resultado
Filtro: I a VII	"Educação Intercultural"	1	331
	"Política de acesso"	2	4.591
	"Pessoas com deficiência"	3	1.220
	"Educação Intercultural e política de acesso"	4	0
	"Educação Intercultural e pessoas com deficiência"	5	0
	"Política de acesso e pessoas com deficiência"	6	2

Fonte: elaborado por um dos autores (2022)

Conforme o quadro 2, na visita ao site da BDTD, nos anos de 2017 a 2021, foi verificado que o quantitativo geral das publicações nesse banco de dados para o filtro I é de 702.865, e para o filtro I e II é de 159.421. Ao utilizar os descritores, considerando os filtros da figura 2, foram encontrados os resultados de 331 para linha “1”, 4.591 na linha “2”, e 1.220 e na linha “3”. E no cruzamento dos descritores, não foram encontrados resultados para a pesquisa, considerando os filtros I a VII nas linhas 4 e 5, e que foram encontrados dois resultados na linha 6.

Vale ressaltar que o resultado da linha 6, de que trata sobre o cruzamento dos descritores "Política de acesso e pessoas com deficiência" se encontram apenas duas publicações.

Nesta pesquisa, o quadro demonstrativo além de trazer as referências, importantes para uma pesquisa, cria possibilidades de vozes e ambientes que muitas vezes estão invisibilizados no próprio fazer e busca dos trabalhos que são realizados pelo/a pesquisador/a.

Desse modo, destaca-se ainda que no decorrer deste trabalho de levantamento das teses e dissertações foi observada a necessidade de referenciar as pesquisas encontradas trazendo os apontamentos e as suas questões no sentido de ampliar as discussões, possibilitar outras vias para serem caminhadas nos diferentes campos do conhecimento e das experiências.

As duas pesquisas levantadas e analisadas foram as que se cruzaram os descritores de política de acesso e pessoas com deficiência, conforme quadro 3.

Quadro 3: Descritor "Política de acesso" e "Pessoas com deficiência"

AUTOR (A)	TÍTULO	D/T	UNIVERSIDADE	ANO
JUNQUEIRA, André Luiz Reis.	Política de acesso das pessoas com deficiência no ensino superior: estudo de caso da UFJF.	D	Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF)	2019
SILVA, Cristiane Ribeiro da.	A Lei de reserva de vagas para estudantes com deficiência nos Institutos Federais de Educação: desafios e perspectivas nas políticas institucionais.	T	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	2020

Fonte: elaborado por um dos autores (2022)

*Educação intercultural e política de acesso de pessoas com deficiência no ensino superior:
estudo de produções acadêmicas*

No quadro 3, visualizamos uma dissertação (D) e uma Tese (T), ambas da CAEd/UFJF, descritas e analisadas a seguir.

- ✓ “Política de acesso das pessoas com deficiência no ensino superior: estudo de caso da UFJF.”

André Luiz Reis Junqueira, na dissertação de mestrado de, de 2019, da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), estuda a política de acesso regulamentada em 2017 pelo Ministério da Educação, analisando a dificuldades encontradas nos processos de matrículas da referida universidade. O autor propôs um plano de ação para melhorar os procedimentos de matrículas na UFJF.

- ✓ “A Lei de reserva de vagas para estudantes com deficiência nos Institutos Federais de Educação: desafios e perspectivas nas políticas institucionais.”

Cristiane Ribeiro da Silva, na tese de doutorado, de 2020, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), discute a política de acesso das pessoas com deficiência no ensino superior. Em especial, do acesso aos Institutos Federais de Educação, constantes das vagas reservadas, fundamentadas na Lei nº 13.409/2016 de que trata a reserva de vagas nas instituições de ensino superior federais.

A autora da referida tese procurou olhar a lei como política afirmativa, na tentativa de reconhecimento das diferenças, e percebeu o quanto a instituição mencionada se restringia a análise de laudo médico nos seus processos de acesso das pessoas com deficiência, propondo a criação de “bancas de validação” para a referida universidade de melhoria no processo de acesso da UFPR, e reconhecimento das pessoas com deficiências.

Ambas produções não apresentam como referencial teórico a interculturalidade. A preocupação é com o acesso ao ensino superior de pessoas com deficiência.

Os dados contidos no site da *Scielo* estão expostos no quadro 3, a seguir.

Quadro 4: Levantamento de Teses (T) e Dissertações (D) nos bancos de publicações da Scielo

SCIELO			
Filtro I	Total de publicações no banco de dados		0
Filtro I e II	Período estabelecido na pesquisa 2017-2021		
	Descritores	Nº	Resultado
Filtro:	"Educação Intercultural"	1	144

I a VII	"Política de acesso"	2	120
	"Pessoas com deficiência"	3	134
	"Educação Intercultural e política de acesso"	4	0
	"Educação Intercultural e pessoas com deficiência"	5	0
	"Política de acesso e pessoas com deficiência"	6	0

Fonte: elaborado por um dos autores (2022)

Conforme o quadro 4, na visita ao site da *Scielo*, nos anos de 2017 a 2021, verificou-se que ao utilizar os descritores, considerando os filtros da figura 2, foram encontrados os resultados de 144 para linha "1", 120 na linha "2", e 134 na linha "3", na consulta isolada dos descritores. E no cruzamento dos descritores, não foram encontrados resultados para a pesquisa, conforme as linhas "4", "5" e "6".

A seguir, no quadro 4, apresenta-se o levantamento no site do *Google Acadêmico*.

Quadro 5: Levantamento de Teses (T) e Dissertações (D) nos bancos de publicações da *Google Acadêmico*

GOOGLE ACADÊMICO			
Filtro I	Total de publicações no banco de dados		0
Filtro I e II	Período estabelecido na pesquisa 2017-2021		
	Descritores	Nº	Resultado
Filtro: I a VII	"Educação Intercultural"	1	15.900
	"Política de acesso"	2	69.000
	"Pessoas com deficiência"	3	17.700
	"Educação Intercultural e política de acesso"	4	0
	"Educação Intercultural e pessoas com deficiência"	5	0
	"Política de acesso e pessoas com deficiência"	6	0

Fonte: elaborado por um dos autores (2022)

Conforme o quadro 5, na visita ao site do *Google Acadêmico*, nos anos de 2017 a 2021, ao utilizar os descritores, considerando os filtros da figura 2, foram encontrados os resultados de 15.900 para linha "1", 69.000 na linha "2", e 17.700 na linha "3", na consulta isolada dos descritores. E no cruzamento dos descritores, não foram encontrados resultados para a pesquisa, conforme as linhas "4", "5" e "6".

*Educação intercultural e política de acesso de pessoas com deficiência no ensino superior:
estudo de produções acadêmicas*

Ressalta-se que neste site para busca de publicações são relacionados artigos, dissertações e teses.

O último levantamento foi realizado no site do PPGED-UEPA, conforme quadro 6, a seguir. A escolha deste Programa se deu pelo fato de ter uma linha de pesquisa denominada Saberes culturais e educação na Amazônia e que trabalha teoricamente com a educação intercultural.

Quadro 6: Levantamento de Dissertações (D) nos bancos de publicações do PPGED/UEPA

PPGED/UEPA			
Filtro I	Total de publicações (dissertações) banco de dados 2005-2020		324
Filtro I e II	Período estabelecido na pesquisa 2016-2020		
	Descritores	Nº	Resultado
Filtro: I a VII	"Educação Intercultural"	1	1
	"Política de acesso"	2	2
	"Pessoas com deficiência"	3	7
	"Educação Intercultural e política de acesso"	4	0
	"Educação Intercultural e pessoas com deficiência"	5	0
	"Política de acesso e pessoas com deficiência"	6	0

Fonte: elaborado por um dos autores 2022

Conforme o quadro 6, na visita ao site do PPGED/UEPA, nos anos de 2016 a 2020, as dissertações estão dispostas por turma e ano de entrada dos mestrados. Nesse endereço eletrônico não há registro de Teses de doutorado, pois a primeira turma ingressou no ano de 2019.

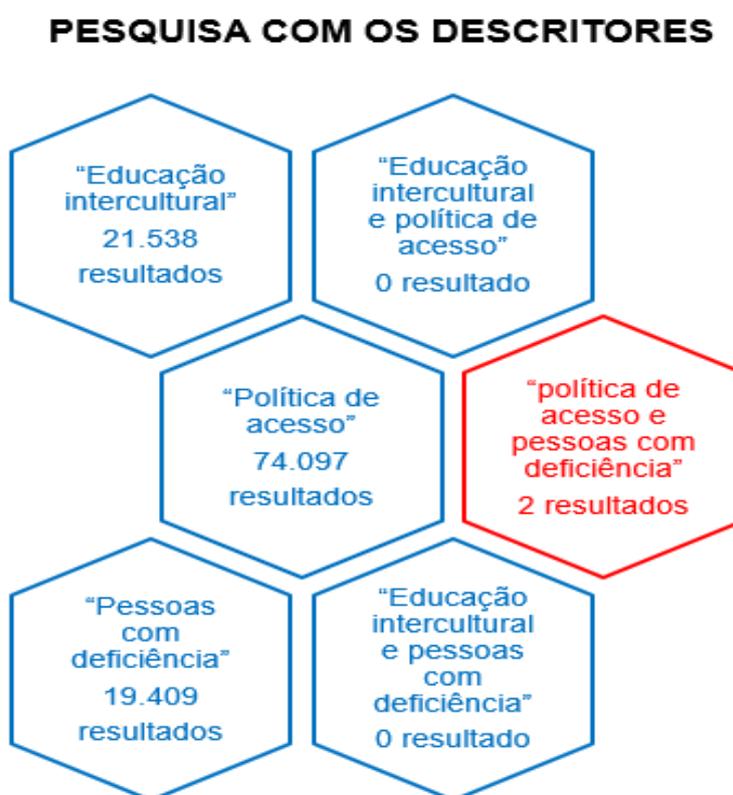
Ao utilizar os descritores, considerando os filtros da figura 2, foram encontrados os resultados de 1 para linha "1", 2 na linha "2", e 7 na linha "3", na consulta isolada dos descritores. E no cruzamento dos descritores, não foram encontrados resultados para a pesquisa, conforme as linhas "4", "5" e "6".

Vale ressaltar que na pesquisa ao site do PPGED/UEPA não encontramos pesquisas na busca dos descritores referenciados quando do cruzamento dos mesmos, entretanto, existem 10 dissertações que tratam da educação especial, e destas uma traz o debate da questão da educação intercultural na perspectiva da educação especial. Trata-se da Dissertação de Lobato (2019), "AS representações

sociais de um adolescente surdo quilombola: Afirmações étnicas, conflitos culturais, paradigmas educativos e estratégias dialógicas”, que analisa as representações sociais e a comunicação/interação entre um adolescente surdo e ouvintes de uma comunidade quilombola, utilizando-se do referencial da educação intercultural crítica.

A síntese do levantamento total das pesquisas está contida na figura 2 a seguir:

Figura 2: resultado total das pesquisas com os descritores



Fonte: elaborado por um dos autores (2022)

Percebe-se na figura 2, que no cruzamento dos descritores a nível nacional encontra-se duas produções relativas a política de acesso e pessoas com deficiência, entretanto não se percebe nessas produções o debate da interculturalidade na educação superior quando se olha na perspectiva da educação especial. A figura revela, portanto, além da falta de produções, a carência de políticas públicas voltadas para a educação especial na perspectiva intercultural.

Considerações finais

A busca nos acervos digitais de pesquisa, por meio do levantamento de teses e dissertações, revelou a necessidade grandiosa de se estudar educação intercultural, no que tange as políticas de acesso ao ensino superior, das pessoas com deficiências, que possa entrecruzar as perspectivas para além do olhar monológico e homogêneo. Perspectivas outras para uma educação transformadora e emancipadora, saindo das lógicas tradicionais e objetivistas, das amarradas dos currículos e conteúdos engessados em políticas enviesadas que desvalorizam a experiência, o ambiente natural do ser, as identidades e especificidades dos sujeitos.

Analisando os trabalhos em síntese encontrados na pesquisa, percebe-se, portanto, a preocupação no acesso das pessoas com deficiência, com a implementação de procedimentos e melhorias para o atendimento das demandas desses grupos. Contudo ainda ocorre uma distância na ampliação do olhar para a alteridade, que procure entender o outro na sua identidade, e especificidade, que possa ir ao encontro da interculturalidade, rompendo as barreiras atitudinais e capacitistas impregnadas, práticas e ideias que oprimem e segregam os grupos sociais de deficientes historicamente. Entre as pesquisas analisadas apenas uma possui referencial de educação intercultural crítica, articulando educação especial e interculturalidade, mas o foco do estudo não é a educação superior.

Após a realização da pesquisa nos acervos eletrônicos constata-se que não há nenhuma pesquisa desenvolvida sobre o tema de estudo, conforme se verifica no mapeamento realizado com cruzamento dos descritores. Existem pesquisas com a utilização individual dos descritores. Esse fato, pois nos leva a saber sobre carência do estudo, na área do acesso de pessoas com deficiência no ensino superior, o que nos lança para desafios de maior envergadura para a sociedade, e alarga possibilidades outras de estudos para a educação.

Referências

BRASIL, **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de 133 deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em 29 jul. 2020.

BRASIL, **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em 07 jul. 2022.

BRASIL, **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em 29 jul. 2020.

BRASIL, **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm>. Acesso em 07 jul. 2022.

CANDAUI, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, nº37, Janeiro/Abril, 2008.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Educação intercultural e formação de professores**. João Pessoa: Edita do CCTA, 2018.

FLEURI, Reinaldo Matias. Desafios a educação Intercultural no Brasil. In: **Revista Educação, Sociedade e Cultura**. Nº 16, 2001, 45-62. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 17 set. 2020.

JUNQUEIRA, André Luiz Reis. **Política de acesso das pessoas com deficiência no ensino superior**: estudo de caso da UFJF. 105 Fl. Dissertação de Metrado do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação da Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). 2019.

LOBATO. Vera Lúcia de Cristo. **As representações sociais de um adolescente surdo quilombola**. Afirmções étnicas, conflitos culturais, paradigmas educativos e estratégias dialógicas. 208 Fl. Dissertação de Metrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará -PPGED/UEPA. 2019.

MARCONDES, Maria Ines; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno; TEIXEIRA, Elizabeth **Metodologias e técnicas de pesquisas em educação**. Belém: EDUEPA, 2010. p. 09 a 35.

MOROSINI, M. C. FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014. Disponível em <

<https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8646/2/42.Estado%20do%20Conhecimento....pdf>>. Acesso em 21 de mai. 2022.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno. Educação Inclusiva em Escolas Multisseriadas do Campo na Amazônia: um olhar para as práticas dos professores. **XVI ENDIPE – 136 Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino**. São Paulo. Campinas: UNICAMP, 2012.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Epistemologias e educação: bases conceituais e racionalidades científicas**. Petrópolis. RJ: Vozes, 2016.

PAIVA, Angela Randolpho. Ação afirmativa. In: GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Dicionário de políticas públicas**. 3ª edição. São Paulo. Unesp 2018, p 36-40.

SILVA, Cristiane Ribeiro da. **A Lei de reserva de vagas para estudantes com deficiência nos Institutos Federais de Educação: desafios e perspectivas nas políticas institucionais**. 196 Fl. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGED/UFPR). 2020.

SOARES, M. **Alfabetização no Brasil: O Estado do conhecimento**, Brasília, INEP/MEC, 1989.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade**. Federal de Pelotas (UFPel) ISSN - 2448-3303. V. 05, nº. 1, Jan.-Jul., 2019.

Sobre os autores

Miguel Costa Silva

Mestrado em Educação PPGED/UEPA. Membro do Grupo de Estudos em Linguagens e Práticas Educacionais da Amazônia (GELPEA). Pesquisador e extensionista do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire – NEP/UEPA. Pós Graduação Lato Sensu com Especialização em Educação Especial Inclusiva, Faculdade de Ciências, Educação, Saúde, Pesquisa e Gestão - CENSUPEG, 2021. Especialista em Ensino da História, Faculdade Cidade Verde, FCV, Brasil, 2018. Pós Graduado em Gestão Administrativa da Educação, Escola Superior Aberta do Brasil, ESAB, 2015. Graduado em História na Universidade Federal do Pará (UFPA), 2002. Lattes <http://lattes.cnpq.br/1930749003196707>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2682-7789>; E-mail: miguel.silva@uepa.br.

Keila de Jesus Morais Lobato

Mestranda em Educação, PPGED/UEPA. Pesquisadora e extensionaísta do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire – NEP/UEPA. Especialista em Relações Étnico-raciais, Universidade Federal do Pará - UFPA; Especialista em Gestão Educacional, Faculdade Integrada Brasil Amazônia - FIBRA; Especialista em Psicologia Educacional com ênfase em Psicopedagogia, UEPA; Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional, FIBRA; professora do nível superior. Pós Graduação Lato Sensu com Especialização em Educação Especial Inclusiva, Faculdade de Ciências, Educação, Saúde, Pesquisa e Gestão - CENSUPEG, 2021. Graduada em Pedagogia, Universidade do Estado do Pará – UEPA, 2013. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7770204706147248>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5899-6299>; E-mail: keilinalobato@yahoo.com.br.

Recebido em: 07/03/2023

Aceito para publicação em: 15/03/2023